



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS VI POETA PINTO MONTEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E EXATAS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

RAUL BIZERRA DE FREITAS

**RELAÇÃO ENTRE INDICADORES ORÇAMENTÁRIOS E RESILIÊNCIA
FINANCEIRA EM PERÍODO DE CRISE: UM ESTUDO DE CASO EM ESTADOS
NORDESTINOS**

**MONTEIRO-PB
2018**

RAUL BIZERRA DE FREITAS

**RELAÇÃO ENTRE INDICADORES ORÇAMENTÁRIOS E RESILIÊNCIA
FINANCEIRA EM PERÍODO DE CRISE: UM ESTUDO DE CASO EM ESTADOS
NORDESTINOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Ciências Contábeis, Campus Poeta Pinto do Monteiro da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial a obtenção do título de Graduado em Ciências Contábeis.

Área de concentração: Contabilidade Pública.

Orientador: Prof. Me. José Humberto do Nascimento Cruz.

Coorientador: Prof. Dr. Mamadou Dieng.

**MONTEIRO-PB
2018**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

F862r Freitas, Raul Bizerra de.
Relação entre indicadores orçamentários e resiliência financeira em período de crise [manuscrito] : um estudo de caso em estados nordestinos / Raul Bizerra de Freitas. - 2018.
40 p. : il. colorido.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e Exatas, 2018.
"Orientação : Prof. Me. José Humberto do Nascimento Cruz, Coordenação do Curso de Ciências Contábeis - CCHE."
"Coorientação: Prof. Dr. Mamadou Dieng, Coordenação do Curso de Ciências Contábeis - CCSA."
1. Indicadores orçamentários. 2. Gestão pública. 3. Orçamento público. 4. Balanço contábil. I. Título
21. ed. CDD 657.3

RAUL BIZERRA DE FREITAS

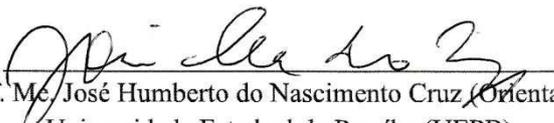
RELAÇÃO ENTRE INDICADORES ORÇAMENTÁRIOS E RESILIÊNCIA FINANCEIRA
EM PERÍODO DE CRISE: UM ESTUDO DE CASO EM ESTADOS NORDESTINOS

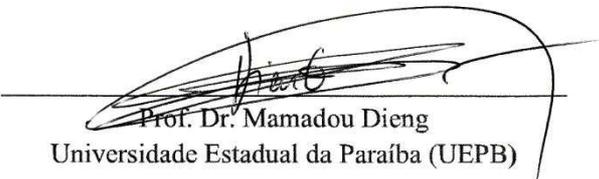
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao curso de Ciências Contábeis, Campus Poeta
Pinto do Monteiro da Universidade Estadual
da Paraíba, como requisito parcial a obtenção
do título de Graduado em Ciências Contábeis.

Área de concentração: Contabilidade
Pública.

Aprovada em: 27/11/2018.

BANCA EXAMINADORA


Prof. Me. José Humberto do Nascimento Cruz (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Dr. Mamadou Dieng
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Me. Ismael Gomes Barreto
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

A Deus, autor do meu destino, que me enviou ao mundo e me dotou de inteligência, possibilitando a realização de grandes coisas, dentre elas a elaboração deste trabalho.

Aos meus pais, Josefa de Freitas Bizerra e Nivaldo Bizerra Leite, por todos os momentos dedicados a mim, pelas palavras de apoio, pelos conselhos, pelo amor, pela honestidade, pelo sacrifício, pela educação, pelo investimento, pela amizade e incentivos concedidos à minha realização profissional.

Aos meus irmãos, Raquel, Raí e Rauan, pela motivação e inspiração e, em especial ao meu avô, Manoel de Freitas Oliveira (*In Memoriam*), DEDICO.

AGRADECIMENTOS

A princípio, quero agradecer a Deus, nosso pai e nosso criador, pela sua infinita bondade e por está sempre comigo, abençoando-me e guiando os meus passos e, por proporcionar-me mais essa conquista.

Aos meus pais, Fátima e Nivaldo, aos meus irmãos Raquel, Rauan e em especial ao nosso xodó Raí! Que por sua vez é o meu maior inspirador. Enfim, a todos os meus familiares e amigos que contribuíram direta ou indiretamente para minha formação.

Agradeço de maneira especial a essa pessoa a qual me ajuda desde o princípio até os dias atuais, meus sinceros agradecimentos, Gerlândia Lemos.

Aos professores do Departamento de Ciências Contábeis que marcaram positivamente minha graduação. Aos meus orientadores, José Humberto e Mamadou Dieng, pelos ensinamentos, disponibilidade, apoio, paciência, companheirismo, sinceridade e acima de tudo humildade intelectual e, pelas palavras de incentivos e conselhos atribuídas a mim.

Aos funcionários do CCHE (zeladores, porteiros, seguranças, faxineiras, cozinheiras, podadores, etc.), aos técnicos administrativos – agradecer e dizer que sem vocês esta instituição não funcionaria. Durante esses quatro anos vocês nos auxiliaram nos momentos mais difíceis. Gostaria de dizer que sou muito grato pela boa vontade em me ajudar, pelo carinho, amizade e pela presteza com que sempre me atenderam. A convivência acabou nos tornando companheiros e amigos. Sempre me lembrarei dos nossos encontros pelos corredores, das conversas, dos cumprimentos de bom dia com um sorriso no rosto... A vocês, que também fazem parte desta conquista, o meu muito obrigado.

Aos colegas de classe, pelos vários momentos vividos juntos, pelas experiências e ensinamentos compartilhados, em sala de aula, congressos, palestras, viagens, enfim, por todo companheirismo e momentos únicos que levaremos por toda nossa vida.

A direção do campus e a coordenação do curso de Ciências Contábeis, pela ajuda institucional.

Por fim, meus sinceros agradecimentos ao povo desta cidade maravilhosa que respira verso e prosa, Monteiro – PB, pela receptividade e atenção. Ao Restaurante do Batista e a Barbearia Dois Irmãos que sempre me deram a liberdade e a confiança acima de tudo, de deixar aquele “débito pendurado” em momentos que estava sem dinheiro (o famoso fiado, rrsr), meu muito obrigado.

“Se, a princípio a ideia não é absurda, então
não há esperança para ela”.
(ALBERT EINSTEIN)

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo analisar os Indicadores do Orçamento Público e sua correlação com a variável Resiliência Financeira na gestão pública frente a períodos de crise. Para atender ao objetivo, foi realizado um estudo de caso de natureza quantitativa e o método utilizado é o estatístico de Correlação de Pearson e o Descritivo. O método estatístico possibilita sintetizar as informações em termos quantitativos e através da manipulação estatística fornecer uma análise dos fatos. Foram analisados os indicadores orçamentários, financeiros e patrimoniais dos Estados da Paraíba e do Pernambuco dos exercícios financeiros de 2002 a 2017, porém, com ênfase no Período de Crise (recessão econômica). A hipótese apresentada de que há correlação positivamente significativa entre Indicadores Orçamentários e Resiliência Financeira foi confirmada. Isso ocorreu, pois, os resultados da Correlação de Pearson, vinculados à interação entre a relação dos indicadores R03 e R05 (IO) com o indicador RP2 (RF) contribuem para a efetivação do modelo, uma vez que o grau de correlação foi de: (R03 com RP2 = 0,733 e R05 com RP2 = 0,608) o que permite interpretar uma força de associação de uma correlação positiva “alta”. Por fim, constatou-se uma interação significativa entre (IO) e (RF) em período de crise, onde os indicadores R01 e R02 em relação às variáveis RP1 e RP3 possuem um grau de correlação estatisticamente “muito alta”, uma vez que os valores da correlação de Pearson, em relação às variáveis já citadas, estão entre 0,75 e 1. Diante da importância dos indicadores orçamentários e Resiliência financeira o estudo contribui para a avaliação de resiliência dos governos, atendendo a necessidade de informações dos gestores, órgãos fiscalizadores e da sociedade de modo geral.

Palavras-Chave: Indicadores Orçamentários. Resiliência Financeira. Gestão Pública.

ABSTRACT

The objective of this study was to analyze the Public Budget Indicators and their correlation with the Financial Resilience variable in public management against periods of crisis. To meet the objective, a quantitative case study was carried out and the method used is the Pearson Correlation and Descriptive statistics. The statistical method makes it possible to synthesize information in quantitative terms and through statistical manipulation provide an analysis of the facts. The budgetary, financial and equity indicators of the states of Paraíba and Pernambuco were analyzed for the financial years 2002 to 2017, but with an emphasis on the Crisis Period (economic recession). The hypothesis presented that there is a positively significant correlation between Budget Indicators and Financial Resilience was confirmed. The results of Pearson's correlation, related to the interaction between the R03 and R05 (IO) indicators with the RP2 (RF) indicator, contribute to the effectiveness of the model, since the degree of correlation was: (R03 with RP2 = 0.733 and R05 with RP2 = 0.608), which allows us to interpret a force of association of a "high" positive correlation. Finally, there was a significant interaction between (IO) and (RF) in the crisis period, where the indicators R01 and R02 in relation to the variables RP1 and RP3 have a statistically "very high" correlation degree, since the Pearson's correlation coefficients, in relation to the aforementioned variables, are between 0.75 and 1. In view of the importance of budget indicators and financial resilience, the study contributes to the evaluation of government resilience, taking into account the need for information from managers, regulators and society in general.

Keywords: Budget Indicators. Financial Resilience. Management Public.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Modelo da Pesquisa.	25
Figura 2 - Indicadores de Execução Patrimonial.....	27
Figura 3 - Indicadores de Execução Orçamentária.....	28

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Fatores Ambientais Enfrentados pelos Governos	15
Tabela 2 Indicadores de Execução Orçamentária e Financeira	20
Tabela 3 Indicadores de Execução Patrimonial	21
Tabela 4 - Definições de Resiliência a partir de Diferentes Contextos e Autores.....	23
Tabela 5 - Período de Crise (Recessão) e Não Crise (Prosperidade).	26
Tabela 6 - Análise Descritiva - Paraíba	28
Tabela 7 - Análise Descritiva - Pernambuco	30
Tabela 8 - Correlação de Pearson	32
Tabela 9 - Modelo de Correlação	34
Tabela 10 - Modelo de Correlação	34

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BO	Balanço Orçamentário
BP	Balanço Patrimonial
CGE	Controladoria Geral do Estado
DP	Desvio Padrão
FGV	Fundação Getúlio Vargas
ID	Indicadores Orçamentários
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
NME	Nova Matriz Econômica
ONG's	Organizações das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
RF	Resiliência Financeira
R01	Comprometimento da Receita Corrente
R02	Investimento Real
R03	Receitas Correntes Próprias de Manutenção
R05	Autonomia Financeira Real
RP1	Capacidade de Pagamento sem Autorização Orçamentária
RP2	Capacidade de Pagamento com Autorização Orçamentária
RP3	Capacidade Imediata de Pagamento
Sefaz	Secretaria da Fazenda
SPSS	Statistical Package Social Sciences
STN	Secretaria do Tesouro Nacional

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	APRESENTAÇÃO DO TEMA	12
2	REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1	DESAFIOS DA GESTÃO PÚBLICA EM TEMPOS TURBULENTOS	14
2.1.1	Gestão Pública: Contextualização e Desafios	15
2.2	CONDIÇÃO FINANCEIRA GOVERNAMENTAL	16
2.3	ORÇAMENTO PÚBLICO E SEUS INDICADORES	18
2.3.1	Orçamento Público	18
2.3.2	Indicadores do Balanço Orçamentário	20
2.3.3	Indicadores de Execução Patrimonial	21
2.4	RESILIÊNCIA FINANCEIRA	22
3	METODOLOGIA	24
3.1	MODELO DA PESQUISA	25
3.1.1	Variáveis da Pesquisa	26
3.1.1.1	Variável Dependente	26
3.1.1.2	Variável Independente	27
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	28
4.1	ANÁLISE DESCRITIVA DOS DADOS:	28
4.1.1	Coefficiente de Correlação	32
4.2	HIPÓTESES DA PESQUISA	33
4.2.1	Análise do Teste da Hipótese	33
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
	REFERÊNCIA	36

1 INTRODUÇÃO

1.1 APRESENTAÇÃO DO TEMA

Considerando-se que o quadro econômico brasileiro se encontra em período de decadência desde o quadriênio recente. Depois de um período de expansão da renda e diminuição da desigualdade na primeira década deste século, fortemente influenciada pelo desempenho da economia mundial e da elevação dos preços das *commodities* (Lacerda, 2017), este trabalho tem como objeto de estudo o orçamento público e seus indicadores, correlacionando com a temática de resiliência, ou seja, a capacidade do governo absorver, adaptar e reagir em momentos turbulentos.

Desde o ano de 2014, os governos brasileiros vivem a maior crise econômica desde a década de 30, com um número altíssimo de desempregados e com uma contração do Produto Interno Bruto (PIB), o que impacta, diretamente, na economia e conseqüentemente nas finanças públicas nacionais (SANTANA e et al, 2018).

Neste aspecto, haja vista a crise financeira e econômica enfrentada nos últimos anos, preservar e avançar no desenvolvimento brasileiro implica em desenvolver e adotar políticas macroeconômicas favoráveis ao crescimento da economia, estabilidade financeira e orçamentária.

No entanto, a contabilidade pública apresenta-se como ferramenta indispensável de gestão, pois através das informações contábeis é possível gerenciar de maneira eficiente a obtenção dos recursos, assim como os gastos a fim de atender ao objetivo da administração pública e a sua legislação vigente.

O orçamento público é visto, neste estudo, como um instrumento de controle das ações que, em decorrência de suas características teóricas, formais e históricas, é de grande relevância para o estudo da tomada de decisão dos gestores, principalmente, em períodos escassos. Tem-se como referência que as decisões na área do orçamento público apresentam uma forte correlação com as ideias centrais de “resiliência financeira” sobre a administração pública como um todo.

Parte-se da premissa de que o orçamento é um instrumento estruturante da ação governamental, visto que esse instrumento é um filtro de análise da capacidade de resiliência dos governos. Por conseguinte, a análise do orçamento é um instrumento que permite compreender e analisar sob o aspecto econômico-financeiro da entidade, as influências quanto às possibilidades de alocação e aplicação de recursos, para posteriormente comparar o seu desempenho com o de outras do mesmo setor, ou consigo mesma, ao longo do tempo (Abreu

e Câmara, 2015). Para tanto, a configuração de sua estrutura repercute na análise da disponibilidade de recursos para cumprir com suas obrigações, além de manter os investimentos.

Por isso, compreende-se que o orçamento público é um instrumento de controle, utilizado pelas organizações cuja missão é trabalhar em prol da coletividade (Santos e Silva, 2014) e, ressalta-se ainda, que os indicadores orçamentários são um conjunto de regras formais e informais, constituídos a partir de um modelo matemático para conduzir e interpretar as ações dos gestores públicos, de modo a interagir com os sistemas de controle. Com esse entendimento, os autores Medeiros, Borilli e Fischer (2015) expressam que as características dos elementos que compõe os indicadores, podem se manifestar de maneira não uniforme, isto é, a depender do contexto e das circunstâncias de sua aplicação.

Destaca-se, ainda, a responsabilidade dos gestores públicos em conduzir, da maneira mais clara, eficiente e eficaz possível o orçamento público, que por sua vez, é o instrumento que consiste no registro das operações de previsão e execução orçamentária (LIMA; DINIZ, 2016).

Para tanto, o setor público e seus auxiliares necessitam de informações gerenciais que os conduzam na tomada de decisão e os auxiliem na busca por gestão eficiente tendo em vista, os recursos cada vez mais escassos e o controle social buscando informações constantemente, portanto, absorver, tratar e empenhar os recursos de maneira mais objetiva e eficaz é essencial para os governos financeiramente resilientes.

Desse modo, a resiliência financeira versa sobre a capacidade de um “indivíduo” ou “sistema” se adaptar, suportar e reagir a momentos turbulentos (Wallace, Jones e Rhodes, 2014). Para tanto, a gestão em que conseguir manter as demandas sociais com os recursos disponíveis em períodos de recessão econômica pode ser considerada financeiramente resiliente.

Por não haver uma definição única, a caracterização da resiliência financeira como instrumento de avaliação, tem conduzido o interesse de alguns pesquisadores a desenvolver pesquisas nessa área. À luz do supracitado, sugere a seguinte questão de pesquisa: **Quais são os Indicadores do orçamento público correlacionados com a Resiliência Financeira na administração pública em Período de Crise?**

Diante do exposto, para responder a questão de pesquisa, o objetivo desse estudo está direcionado a analisar os Indicadores do Orçamento Público e sua correlação com a variável Resiliência Financeira na gestão pública frente a períodos de crise. No entanto, para alcançá-lo foram traçados os seguintes objetivos específicos: (i) definir conceitualmente e

operacionalmente as variáveis “indicadores orçamentários” e “resiliência financeira”; (ii) definir a mensuração das variáveis “indicadores orçamentários” e “resiliência financeira”; (iii) correlacionar as variáveis “indicadores orçamentários” e “resiliência financeira” (iv) discutir os resultados da correlação entre as variáveis “indicadores orçamentários” e “resiliência financeira” a luz da literatura teórica e empírica.

O presente trabalho se justifica pela importância em desenvolver literatura em relação ao tema, uma vez que na literatura nacional pouco se discute essa temática. Há (também) um forte apelo social por estudos nesta área, observando as necessidades de políticas públicas que venham contribuir para a melhoria na eficiência dos governos, e as características e peculiaridades que moldam o sistema organizacional público, tendo em vista um melhor entendimento das metas e prioridades dos governos.

Diante disso tudo, entendemos que através desse estudo, fará com que os gestores e demais usuários da informação contábil possam ter à mão mais uma ferramenta para tomada de decisão e controle acerca da aplicação dos recursos públicos. Contribuindo assim, de maneira relevante, para um governo mais resiliente e preparado para os desafios futuros.

A elaboração do presente estudo limita-se analisar a correlação entre os indicadores orçamentários e a variável resiliência financeira de dois estados nordestinos (Paraíba e Pernambuco, tendo em vista que ambos fazem parte do Partido Socialista Brasileiro - PSB, além de fazerem divisa entre si e realizarem políticas públicas parecidas) com intuito de demonstrar a capacidade de resiliência dos estados, tomando como base o período de recessão econômica.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 DESAFIOS DA GESTÃO PÚBLICA EM TEMPOS TURBULENTOS

Este tópico trata acerca dos desafios enfrentados pelos gestores públicos no período recente, analisando os principais pontos e fatores ambientais que afetaram a economia brasileira em virtude da crise econômico/financeira que se instaurou em nossa economia no mais recente quadriênio 2014/2017, de modo, a discutir os principais aspectos, contextos e resultados que contribuíram para que houvesse essa turbulência.

2.1.1 Gestão Pública: Contextualização e Desafios

Gestão pública é um termo que designa um campo de conhecimento ou de trabalho relacionados às organizações cujo interesse é proporcionar o crescimento econômico/social da coletividade (Costa e Costa, 2016). Vale ressaltar que uma organização pode ser pública ou privada. Por tanto, pode haver gestão pública em entidades privadas, embora seja bastante incomum, no entanto, um exemplo são as Organizações Não Governamentais (ONGs), a qual muito embora sejam juridicamente entidades privadas, às vezes objetivam o bem público ao cuidarem do meio ambiente, animais, pessoas carentes, e etc.

Nesse contexto, a autora Paula (2015) destaca que gestão pública é um termo recente, que indica a utilização de práticas novas na administração do setor público, desenvolvida nas últimas décadas e que podem ser modificadas ao longo do tempo. Ainda segundo a autora, alguns fatores organizacionais tentam explicar com se dar a construção e execução de ações do estado, para alterar ou manter uma determinada realidade.

Desse modo, analisando os autores, Lima e Diniz (2016, pag. 82) eles relatam que “os fatores organizacionais, ou mais precisamente os cenários organizacionais, são práticas gerenciais e políticas legislativas criadas pela administração em respostas às mudanças provocadas pelos fatores ambientais”. No entanto, em teoria, nenhum governo pode estabelecer uma boa realidade organizacional se não desenvolverem respostas apropriadas às mudanças nas condições financeiras. Ainda segundo os autores, os fatores ambientais, são responsáveis, em grande parte, pelos problemas financeiros dos governos. Entretanto, os governos, como um todo, necessitam conhecer os fatores ambientais e cenários organizacionais para que assim possam resistir ou adaptar-se com sucesso a momentos turbulentos, isto é, se tornarem financeiramente resilientes (WALLACE, JONES e RHODES, 2014).

Todavia, a Tabela 1 resume, com base nos autores Filho (2017) e Lacerda (2017), os fatores ambientais relacionados com a crise econômico-financeira enfrentada pelo governo brasileiro no último quadriênio, 2014/2017:

Tabela 1 Fatores Ambientais Enfrentados pelos Governos

Determinante da Crise	Contexto	Resultado
Nova Matriz Econômica (NME) 2011/2012	Políticas de forte intervenção governamental na economia.	Choques de oferta e de demanda.
O Almejado Ajuste	Implicou cortes de gastos, incluindo os	Aumento da taxa básica de juros (Selic).

Fiscal	investimentos, não apenas por parte da União, mas também dos Estados e Municípios.	Encareceu o custo do crédito e do financiamento.
Controle de Preços	Afetou a Petrobras que vendia gasolina no mercado doméstico a um preço inferior ao que comprava no mercado internacional.	Perdas superiores a R\$ 50 bilhões, reduzindo de forma substancial o caixa da empresa.
Operação Lava Jato	É a maior investigação de desvio e lavagem de dinheiro público já realizado no Brasil.	Paralisação de setores chave para o país, como os complexos de petróleo e gás, construção pesada e toda sua cadeia de fornecedores.
A crise política	Impactou negativamente as decisões, levando ao adiamento ou até mesmo ao cancelamento de investimentos.	Gera incerteza quanto ao futuro.

Fonte: Elaboração própria, 2018, a partir de Filho (2017) e Lacerda (2017).

“A crise de 2014/2017 da economia brasileira teve como origem uma série de choques de oferta e de demanda, na maior parte, ocasionados por erros de políticas públicas que reduziram a capacidade de crescimento da economia brasileira e geraram um custo fiscal elevado (FILHO, 2017, pag. 58)”.

Entretanto, no tocante a questão fiscal, “o debate acerca do propalado ajuste tem restringido a discussão mais ampla do conjunto das alternativas de política macroeconômica (Lacerda, 2017, pag. 46)”. Assim, em um processo de conflito de choques econômicos e financeiros é recomendável que os gestores tomem conhecimento dos fatores ambientais e definam práticas de planejamento, controle orçamentário e de gerenciamento relacionados com a estrutura organizacional, de modo, a inibirem que estes interfiram na condição financeira do estado (LIMA e DINIZ, 2016).

Preservar e avançar no desenvolvimento brasileiro, em relação aos progressos havidos, implica em adotar políticas gerenciais e macroeconômicas favoráveis ao crescimento da economia, à estabilidade e à elevação do investimento (LACERDA, 2017; ORAIR e GOBETTI, 2017; FILHO, 2017).

Portanto, diante do quadro adverso, gerir uma entidade pública não é tarefa simples, exige esforço, comprometimento e conhecimentos técnico/científicos que colaborem com os procedimentos de gestão.

2.2 CONDIÇÃO FINANCEIRA GOVERNAMENTAL

Atribuindo-se que toda sociedade demanda necessidades específicas, o governo precisa manter uma boa condição financeira para lidar com essa situação. Naturalmente, a condição financeira está ligada a posição financeira de um governo, bem como sua

capacidade de gerar renda e prestar serviços adequadamente à população cumprindo com suas obrigações em tempo hábil e buscando sempre o bom-senso em suas escolhas (WANG, DENNIS e TU, 2007).

A condição financeira, entretanto, vem sendo discutida por vários aspectos na literatura, no entanto, os autores Groves, Godsey e Shulman (1981) analisam que a condição financeira em sentido contábil restrito, significa a capacidade do governo de gerar recursos suficientes para pagar suas contas e em sentido mais amplo, refere-se à capacidade do governo em oferecer serviços de modo que eleve o nível de qualidade e bem-estar dos cidadãos.

As atividades desenvolvidas pelo poder público viabilizam a possibilidade da compreensão dos cidadãos em relação ao seu papel na sociedade e as novas funções do Estado, sendo este, responsável por promover o fornecimento de serviços públicos e manter o bem-estar comum. Diante desse contexto, “manter a saúde financeira do governo constitui importante requisito para o fornecimento de diferentes tipos de serviços públicos para satisfazer as necessidades e garantir o bem-estar da população, de forma adequada e ininterrupta (LIMA e DINIZ, 2016, pag. 72)”.

Tendo por base que todas as obrigações do governo exigem pagamentos de recursos financeiros atuais ou futuros, Nesse aspecto, “uma boa condição financeira está ligada a capacidade do governo em cumprir suas obrigações sem apresentar dificuldades, ou seja, fazendo com que o equilíbrio de suas finanças seja contínuo” (SANTANA e et.al, 2018, pag. 9).

O autor Denis (2004) relata que um governo só é capaz de prover as necessidades e demandas de seus cidadãos se tiver uma boa condição financeira, ou seja, recursos financeiros disponíveis. Entretanto, os autores Lima e Diniz (2016, pag. 81) relatam que “a condição financeira dos governos não é determinada apenas pelo estado financeiro da organização, mas também por fatores sociais, econômicos e demográficos que exercem pressões por gastos públicos [...]”.

Ainda segundo os autores Lima e Diniz (2016), existem fatores ambientais, externos a organização, que afetam as finanças do governo: primeiramente elas criam demandas, como, por exemplo, um aumento do crescimento da população onde exige mais investimentos por parte dos governos em escolas, hospitais, habitação e etc,; secundamente essas demandas geram recursos uma vez que irá aumentar as receitas de arrecadação de impostos, assim como a demanda por oferta de serviços.

Entretanto, o fator principal a qual o governo enfrenta atualmente é o desequilíbrio no orçamento, causado pela forte recessão econômica, alta da inflação e aumento do desemprego. Ademais, cortes nos gastos, redução das receitas e diminuição do investimento, afetaram ainda mais o aumento da crise econômica e fiscal do país.

Diante do exposto, percebe-se que o principal objetivo de um governo é buscar manter uma condição financeira saudável com o intuito de realizar suas funções essenciais, de modo, a interagir com a sociedade. Entretanto, o impacto desse objetivo está intrinsecamente ligado a como os recursos estão sendo alocados, distribuídos e gerenciados, no entanto é essencial haver harmonia e transparência em suas ações.

2.3 ORÇAMENTO PÚBLICO E SEUS INDICADORES

2.3.1 Orçamento Público

Orçamento público, de forma genérica, pode ser definido como uma estimativa de receitas e despesas de uma organização pública com o objetivo de avaliar o nível de execução das finanças públicas. E por isso, deve unir as receitas e despesas de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do governo, de forma integrada e planejada, quer seja na manutenção das atividades, quer seja na execução dos investimentos para atender as necessidades da população.

Conforme os autores Abreu e Câmara (2015), o orçamento é um instrumento de controle que versa sobre as características qualitativas e quantitativas dos gastos públicos, bem como é um plano de trabalho de governo, que discrimina os objetivos e as metas a serem alcançadas de acordo com as necessidades locais.

Este representa a ação planejada do Estado, sendo o instrumento de que dispõe o Poder Público – em qualquer de suas esferas – para expressar, em determinado período, seu programa de atuação, discriminando a origem e o montante dos recursos a serem obtidos, bem como a natureza e o montante dos dispêndios a serem efetuados (KOHAMA, 2000).

Orçamento público é um documento de divulgação das ações do governo que periodicamente publica os dados sobre as receitas e despesas do governo, para que o cidadão tenha ciência do que está acontecendo, e possa exercer os seus direitos como fiscal das operações dos governos (Santos, 2001). No entanto, pode-se dizer que o orçamento é o principal instrumento de ação de qualquer governo, independentemente de sua ideologia tendo em vista a complexidade da administração pública moderna.

Neste aspecto, de fato, o orçamento, serve também como parâmetro para a análise e acompanhamento por parte dos controles internos e externos, e da população que é o principal beneficiado, no que diz respeito a aplicação dos recursos e a efetividade de suas ações, compreendendo as políticas públicas desempenhada pelo estado.

A orçamentação, segundo Sanches (2007), encontra-se origens no sistema político, econômico e social típico da Idade Média, o Feudalismo. Um modelo de orçamentação – conhecido como “tradicional” – onde, centrava-se a função de controle aos objetos de gastos e ao emprego das dotações para os quais foram concedidos. No entanto, o orçamento, há época, era apenas um termo jurídico sem muita organização das quantias arrecadadas, atribuindo assim, uma ideia de “autoritarismo sem controle” por parte dos coletores. Que por sua vez, faziam com que o povo pagasse cada vez mais, pois o desejo de lucro não havia limite.

Além disso, no Brasil, para Signor (2012) apud Wilges (1995, p. 17-18) “O Direito Orçamentário teve suas bases lançadas em 1808, com o alvará que criou o Erário e o Regime de Contabilidade [...], o primeiro Orçamento brasileiro, entretanto, só foi regularmente votado em 1830, pelo Decreto Legislativo [...]”. Não apenas, atualmente, o orçamento público – da União, Estados e Municípios – é, uma lei, com validade anual, onde é feita a previsão das receitas e fixação das despesas para o ano seguinte ao da aprovação da lei, com o intuito de estabelecer monetariamente o Programa de Trabalho do Governo (BRASIL, 1964).

A partir do supracitado, torna-se possível definir o orçamento público no Brasil como uma tradução financeira das ações do Estado. Além disso, como no Brasil o orçamento é anual isso exige um maior comprometimento no processo de planejamento, tendo em vista o tempo em destaque, em que cada etapa da elaboração do plano de ação requer imparcialidade e precisão na tomada de decisão.

O processo de orçamentação mesmo sendo curto, na maior parte das vezes, não versa sobre projetos isolados, ou seja, há um conjunto de ideias que são introduzidas pelo estado e que precisam ser atingidas, senão demonstrará ineficiência por parte do mesmo. No Brasil, o orçamento público também sempre constituiu um poderosíssimo instrumento de controle dos recursos financeiros gerados pela sociedade, os quais retornam a essa mesma sociedade sob forma de bens e serviços prestados (PIRES e MOTTA, 2006).

Ao passo do que já foi discutido até estão, pode-se atribuir o orçamento público brasileiro como um forte instrumento de controle sobre as finanças das entidades governamentais. Assim sendo, Giacomoni (1992) complementa dizendo que o orçamento público serve como instrumento de controle, tanto do Legislativo sobre o Executivo, como desse sobre suas próprias unidades integrantes.

Pode-se dizer que o desenvolvimento do orçamento público implicou num grande avanço para a democracia e para as liberdades individuais, ao colaborar na sua trajetória histórica, em relação a separação dos poderes e em um instrumento de bem-estar social, que deseja reduzir as despesas e diminuir a carga tributária, atribuindo-lhes condições para um regime político democrático (PIRES e MOTTA, 2006).

Haja vista o supracitado fica evidente que o orçamento se desenvolvido da maneira correta, pode prestar serviços e estimular o bem comum, porém se elaborado na direção contrária, atrapalha e até inibe o desenvolvimento. Entretanto, a gestão pública precisa desenvolver sua capacidade de absorver perturbações e consecutivamente retornar ao ponto de conforto, isto é, precisa ser resiliente.

2.3.2 Indicadores do Balanço Orçamentário

Segundo definições disponibilizadas pela Secretaria do Tesouro Nacional (Brasil, STN, 2017), o orçamento público anual das três esferas de governo compreende a previsão de todas as receitas que serão arrecadadas no exercício financeiro e a fixação de todos os gastos ou despesas que o governo está autorizado a arrecadar, tendo em vista critérios estabelecidos pela Lei nº 4.320/64.

Os balanços públicos permitem a formulação de inúmeras análises por meio de indicadores econômicos e financeiros, podendo ser extraídos da Demonstração do Balanço Orçamentário alguns indicadores, conforme interpretação adaptada de (SILVA, 2012) e apresentada na tabela 2, a seguir:

Tabela 2 Indicadores de Execução Orçamentária e Financeira

Código	Indicador	Fórmula	Análise de Resultados
R01	Comprometimento da receita corrente	Receita corrente / despesa corrente	Quanto maior – melhor (recursos para capitalização)
R02	Investimento real	Investimento / despesas de capital	Quanto maior – melhor (realização de obras)
R03	Receitas correntes próprias de manutenção	Receitas correntes – transferências de recursos recebidos / receitas correntes	Quanto maior – melhor (menor dependência)
R04	Retorno real dos recursos do contribuinte	Despesa executada / receita executada	Quanto maior – melhor (retorno dos recursos dos contribuintes)
R05	Autonomia financeira real	Receitas totais próprias / despesas totais	Quanto maior – melhor (não utilização de recursos de transferências e de operação de crédito)

Fonte: Silva (2012, p. 51)

Os indicadores apresentam como resultados na razão dos itens de análises, os valores quanto maior melhor, Silva (2012). Comprometimento da receita corrente (R01) – tem o objetivo de analisar se a entidade pública utilizou receitas correntes (executadas) para pagar despesas correntes (executadas). O resultado maior que 1 significa que sobraram receitas correntes para pagar despesa de capital. Neste caso, existe capitalização de recursos. A Lei 4.320/64 (art. 11) determina que os recursos da receita corrente sejam aplicados em despesas correntes e se houver superávit corrente deverá ser aplicado em despesas de capital.

Investimento real (R02) – tem o objetivo de evidenciar o quanto as entidades públicas investiram em obras, instalações, materiais permanentes. O aumento dos indicadores significa que o governo melhorou a infraestrutura (obras).

Receitas correntes próprias de manutenção (R03) – objetiva verificar se a entidade tem dependência de recursos de terceiros (transferências correntes) para pagar suas despesas correntes (manutenção de máquina administrativa).

Retorno real dos recursos do contribuinte (R04) – objetiva analisar numa visão macro o quanto o contribuinte recebeu de volta em serviços e obras (despesas executadas) com base nos recursos que ele pagou (receita executada). O quociente ideal é 1, que representaria que tudo que foi contribuído lhe retornou.

Autonomia financeira real (R05) – objetiva identificar o quanto foi arrecadado pelo seu esforço para pagar todas as despesas da entidade.

2.3.3 Indicadores de Execução Patrimonial

Tabela 3 Indicadores de Execução Patrimonial

Código	Indicador	Fórmula	Análises de Resultado
RP1	Capacidade de pagamento sem autorização orçamentária	Ativo financeiro / passivo financeiro	Quanto maior – melhor (sobra de recursos em caixa)
RP2	Capacidade de pagamento com autorização orçamentária	Ativo não financeiro / passivo não financeiro	Quanto maior – melhor (sobra de recursos para pagamentos da dívida fundada)
RP3	Capacidade imediata de pagamento	Disponibilidade / passivo financeiro	Quanto maior – melhor (restituição de valores de terceiros e cumprimento de obrigações)

Fonte: Silva (2012, pag. 54)

Os indicadores representam como resultados a situação de quanto maior – melhor, Silva (2012). Capacidade de pagamento sem autorização orçamentária (RP1) – esse indicador tem o objetivo de analisar os pagamentos que podem ser realizados sem a autorização orçamentária. As disponibilidades ou recursos conversíveis em moeda podem ser utilizados para pagar obrigações de fornecedores, pessoal, restos a pagar etc., sem que haja autorização legislativa (art. 105 da Lei nº 4.320/64, Incisos I e III).

Capacidade de pagamento com autorização orçamentária (RP2) – evidencia o quanto a entidade pública dispõe de bens, créditos e valores para pagamento das dívidas fundadas e outras que dependem de autorização legislativa (poder legislativo) – art. 105 da Lei 4.320/64, Incisos II e IV.

Capacidade imediata de pagamento (RP3) – analisa os recursos das disponibilidades financeiras que podem ser utilizadas para os pagamentos de obrigações liquidadas (fornecedores, contas a pagar, pessoal a pagar etc.) e não liquidadas (restos a pagar não processados), bem como a restituição de valores de terceiros (depósitos, consignações etc.).

2.4 RESILIÊNCIA FINANCEIRA

“O conceito de resiliência nasceu nas ciências físicas e refere-se à capacidade de um sistema recuperar sua forma anterior” Annarelli e Nonino (pag. 2, 2015). “A resiliência é comumente usada para encapsular qualidades dentro de sistemas complexos, organizações, comunidades - ou até mesmo domicílios e indivíduos - que podem resistir ou se adaptar com sucesso a choques externos significativos” (WALLACE, JONES e RHODES, pag. 17, 2014).

A resiliência em termos de finanças públicas pode ser interpretada como, a maneira a qual um gestor pode gerir uma perda de rendimento ou despesas inesperada, sozinho, ou requerer assistência técnica que o faça de maneira equivalente a compensar o dano Barbera e et. al (2017). Existem sinergias entre as qualidades de resiliência e o bem-estar social baseado em gestões, a qual os gestores economizam ou acumulam ativos para reduzir um dano quando necessário ou que podem ser implantados para acessar oportunidades de outra forma indisponíveis (SILVA; TURRA e PETRY, 2015).

Entretanto, a tabela 4 a seguir, adaptada de Limnios e et. al, (2014), demonstra o conceito de resiliência a partir de diferentes dimensões e contextos.

Tabela 4 - Definições de Resiliência a partir de Diferentes Contextos e Autores

Contexto	Conceituação de Resiliência	Autores
Física/Engenharia e Ecologia.	A capacidade de um sistema recuperar sua forma anterior e evitar o ponto de inflexão. A capacidade do sistema de absorver perturbações e consecutivamente retornar ao equilíbrio.	Holling (1973); Rudolph e Reppenning (2002)
	É a capacidade de desenvolver sistemas que possam absorver impactos que desestremem os sistemas atuais e adaptar-se a eventos futuros.	Holling (1973)
Psicologia e Mudança Ambiental.	É a capacidade do sistema de suportar as tensões do carregamento ambiental, sem resultar em comportamento regressivo.	Mallak (1998)
	É a capacidade de absorver o impacto e a recuperação de drásticas mudanças ambientais associadas aos extremos climáticos.	Horne (1997); Rioli e Savicki (2003)
Gestão Organizacional, Contexto Público e Privado.	É a capacidade de reinventar dinamicamente modelos e estratégias devido às circunstâncias mudarem.	Reinmoeller & Van baardwijk, (2005)
	Permite uma transformação para sobreviver no novo e incerto cenário de negócios competitivo.	Dervitsiotis (2003)
	Organizações resilientes são capazes de manter ajustes positivos em condições desafiadoras, prosperando e tornando-se melhores.	Lengnick-hall et al (2011)

Fonte: Adaptado de Limnios et. al, 2014.

Observa-se que, nos conceitos supracitados, a resiliência é amplamente utilizada em uma variedade de contextos políticos – incluindo física e engenharia, ecologia e mudanças ambientais, gestão organização e psicologia -, mas seu domínio é maleável, tornando-o capaz de transcender diferentes significados Davoudi (2012); Walker e Cooper (2011). Ressalta-se ainda que absorver impactos, adaptar-se aos eventos futuros e reinventar dinamicamente modelos e estratégias frente às adversidades são elementos comuns às várias abordagens (SILVA; TURRA e PETRY, 2015).

O conceito de resiliência tem atraído um interesse crescente nas ciências sociais, embora com diversas perspectivas e contextos Barbera e et. al (2017). A perspectiva evolucionista na resiliência enfatiza a capacidade de reorganização como uma resposta ou antecipação de perturbações (Davoudi, 2012; Walker e Cooper, 2011), para “[...] continuar operando mesmo em condições de pior cenário e para adaptar rapidamente em uma crise” (HOOD 1991, p. 14).

A resiliência é mostrada na literatura como uma variedade de dimensões, bem como um conjunto de recursos e competências disponíveis, a partir de uma perspectiva normativa. Como tal, não há um acordo geral sobre como as diferentes dimensões moldam o comportamento resiliente (LIMNIOS et. al, 2014).

3 METODOLOGIA

O objetivo desse estudo está direcionado a analisar os Indicadores do Orçamento Público e sua correlação com a variável Resiliência Financeira na gestão pública frente a períodos de crise.

Para atender ao objetivo, foi realizado um estudo de caso de natureza quantitativa e o método utilizado é o estatístico de Correlação de Pearson e o Descritivo. O método estatístico possibilita sintetizar as informações em termos quantitativos e através da manipulação estatística fornecer uma análise dos fatos.

O objetivo do estudo correlacional é a determinação da força do relacionamento entre duas observações emparelhadas (Silva, 2012). Segundo Martins (2002, p. 287) “o coeficiente de Pearson trata de uma medida de associação que independentemente das unidades de medidas das variáveis, varia entre -1 e +1”. Ainda, segundo o mesmo autor, quanto maior a qualidade de associação, mais próximo de +1 ou -1 estará o valor do coeficiente de Pearson.

Para Lakatos e Marconi (2001, p. 108), “os procedimentos estatísticos permitem obter, de conjuntos complexos, representações simples e constatar se essas verificações simplificadas têm relações entre si”, enquanto que o método descritivo, segundo (Gil, 2008, p. 28), “tem como objetivo primordial a descrição das características de determinado fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”.

A abordagem quantitativa “[...] caracteriza-se pelo emprego de quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples como: percentual, média, desvio-padrão, as mais complexas, como coeficiente de correlação, análise de regressão, etc.” (Richardson, 1999, P. 70). Dentro da abordagem qualitativa, optou-se pelo estudo de caso, uma investigação empírico-indutiva, recomendada quando se deseja analisar situações concretas, em sua particularidade (Godoy, 1995). Este tipo de pesquisa pode ser derivado tanto de constatações e percepções que tem como norte o desenvolvimento, esclarecimento ou modificação de conceitos e ideias, como de descrição das características de determinada população ou fenômeno (GIL, 2008).

A amostra desta pesquisa contemplou 2 Estados situados na região Nordeste do Brasil – Paraíba e Pernambuco. As informações foram extraídas dos demonstrativos, orçamentário, patrimonial e financeiro dos estados em análise. Sendo estes coletados a partir

dos demonstrativos divulgados pela Controladoria Geral do Estado (CGE) e da Secretaria da Fazenda (Sefaz), respectivamente.

Para a apuração dos indicadores foi observado o modelo proposto por Silva (2012) que apresenta uma série de indicadores para serem aplicados aos balanços públicos, baseado na Lei 4.320/64 e na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Ver figuras 2 e 3, logo mais, nos subtópicos (3.1.1.1 – VD e 3.1.1.2 – VI).

As informações foram tratadas com a utilização do software SPSS com o intuito de medir o grau de correlação entre as variáveis e testar a significância da hipótese e do modelo da pesquisa.

3.1 MODELO DA PESQUISA

O presente estudo buscou investigar a relação entre as variáveis “indicadores orçamentários” (IO) e “Resiliência Financeira” (RF) a fim de analisar se há correlação entre as variáveis em “período de crise” (PC). Desta forma, o modelo a ser testado busca por meio da análise estatística de Correlação de Pearson, estudar e analisar o nível de relação entre a variável “IO” e a variável “RF”.

O modelo a ser testado é composto pelas variáveis independentes (R01, R02, R03, R04 e R05) e as variáveis dependentes, (RP1, RP2 e RP3), que correspondem à capacidade de pagamento dos governos.



Figura 1 - Modelo da Pesquisa.
Fonte: Elaboração Própria.

3.1.1 Variáveis da Pesquisa

O modelo acima apresentado foi aplicado com dados, separando as amostras em período de recessão (crise) e prosperidade econômica (não crise). Para isso, utilizou-se de informações sobre o Produto Interno Bruto (PIB) de cada ano, em que os maiores valores do PIB significam prosperidade econômica e os menores valores do PIB delineiam recessão econômica, sendo tal critério advindo de Ibrahim (2015). Mais especificamente, conforme tabela 5, as amostras de dados foram assim estabelecidas:

Tabela 5 - Período de Crise (Recessão) e Não Crise (Prosperidade).

Crise (Recessão Econômica)		Não Crise (Prosperidade Econômica)	
Ano	PIB (%)	Ano	PIB (%)
2003	1,10	2002	3,10
2009	-0,10	2004	5,80
2012	1,90	2005	3,20
2013	3,00	2006	4,00
2014	0,50	2007	6,10
2015	-3,80	2008	5,10
2016	-3,60	2010	7,50
2017	1,00	2011	4,00
Média	0,00	Média	4,85

Fonte: Fundação Getúlio Vargas – FGV, 2017.

Conforme tabela 5, nota-se que os 16 anos em estudo (2002 a 2017) foram divididos em dois grupos iguais (8 períodos cada), sendo o primeiro grupo de “crise”, que consiste nos anos em que o PIB apresentou os menores índices e, o segundo grupo de “não crise”, onde o crescimento do PIB foi mais elevado, conotando, portanto, período de recessão e prosperidade econômica, respectivamente.

3.1.1.1 Variável Dependente

Resiliência Financeira (RF)

A variável dependente buscou analisar a capacidade de pagamento dos governos, ou seja, a resiliência financeira dos gestores, a partir da análise de um conjunto de indicadores de execução patrimonial proposto por Silva (2012). Na figura 2 a seguir, apresento um resumo das variáveis de execução patrimonial.

Código	Indicador	Fórmula	Análises de Resultado
RP1	Capacidade de pagamento sem autorização orçamentária	Ativo financeiro / passivo financeiro	Quanto maior – melhor (sobra de recursos em caixa)
RP2	Capacidade de pagamento com autorização orçamentária	Ativo não financeiro / passivo não financeiro	Quanto maior – melhor (sobra de recursos para pagamentos da dívida fundada)
RP3	Capacidade imediata de pagamento	Disponibilidade / passivo financeiro	Quanto maior – melhor (restituição de valores de terceiros e cumprimento de obrigações)

Figura 2 - Indicadores de Execução Patrimonial.
Fonte: Adaptado de Silva, 2012.

3.1.1.2 Variável Independente

Indicadores Orçamentários (IO)

A variável independente foi organizada a partir de um conjunto de indicadores de execução orçamentária e financeira que são utilizados para a análise dos dados do balanço orçamentário, proposto por Silva, 2012. Na figura 3, a seguir, veremos um resumo dos indicadores utilizados na pesquisa.

Código	Indicador	Fórmula	Análise de Resultados
R01	Comprometimento da receita corrente	Receita corrente / despesa corrente	Quanto maior – melhor (recursos para capitalização)
R02	Investimento real	Investimento / despesas de capital	Quanto maior – melhor (realização de obras)
R03	Receitas correntes próprias de manutenção	Receitas correntes – transferências de recursos recebidos / receitas correntes	Quanto maior – melhor (menor dependência)
R04	Retorno real dos recursos do contribuinte	Despesa executada / receita executada	Quanto maior – melhor (retorno dos recursos dos contribuintes)
R05	Autonomia financeira real	Receitas totais próprias / despesas totais	Quanto maior – melhor (não utilização de recursos de transferências e de operação de crédito)

Figura 3 - Indicadores de Execução Orçamentária.
Fonte: Silva (2012, p. 51).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção, apresentam-se a descrição e a análise dos resultados da pesquisa. Inicia-se pela análise descritiva dos dados – Paraíba e Pernambuco, na sequência estão às discussões do coeficiente de correlação de Pearson. Por fim, há os pressupostos para o teste da hipótese.

4.1 ANÁLISE DESCRITIVA DOS DADOS:

Estado da Paraíba

Tabela 6 - Análise Descritiva - Paraíba

		N		Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
		Válidos	Ausência				
BO	R01	16	0	1,3744	0,09430	1,16	1,49
	R02	16	0	0,5075	0,13349	0,25	0,69
	R03	16	0	0,3956	0,04899	0,33	0,48
	R04	16	0	1,0000	0,00000	1,00	1,00
	R05	16	0	0,3794	0,05507	0,31	0,47
BP	RP1	16	0	1,3169	0,63075	0,25	2,20
	RP2	16	0	1,9744	0,82337	0,41	3,50
	RP3	16	0	0,9563	0,49273	0,20	1,60

Fonte: Própria da Pesquisa.

Ao analisar os indicadores econômico-financeiros do Balanço Orçamentário do Estado da Paraíba dos exercícios financeiros de 2002 a 2017. Constatou-se que o Comportamento da Receita Corrente (R01), teve em média um resultado de aproximadamente 1,4, e um Desvio Padrão (DP) de 9% o que indica um baixo grau de dispersão dos dados. O resultado maior que 1 (um), segundo Silva, 2012 – significa que sobraram Receitas Correntes (tributárias, de contribuições, patrimonial etc.) para pagar Despesa de Capital. Neste caso, no Estado Paraibano, existe capitalização de recursos. A Lei 4.320/64 (art. 11) determina que os recursos da receita corrente sejam aplicados em despesas correntes e se houver superávit corrente deverá ser aplicado em despesa de capital.

Ao analisar os indicadores econômico-financeiros do Balanço Orçamentário do Estado da Paraíba dos exercícios financeiros de 2002 a 2017. Observou-se que o indicador de Investimento Real (R02) teve uma média de 0,5075 e um grau de dispersão, ou seja, a

variação dos dados em torno da média, de 13%. Neste aspecto, isso evidencia que a Paraíba em média 50% da despesa de capital é alocada para investimentos em obras, instalações e material permanente.

Ao analisar os indicadores econômico-financeiros do Balanço Orçamentário do Estado da Paraíba dos exercícios financeiros de 2002 a 2017. Constatou-se que o indicador R03 – Receitas Correntes Próprias de Manutenção teve uma média de 0,3956 e uma dispersão dos dados de 4%, o que evidencia que o estado Paraibano tem dependência de recursos de terceiros (transferências correntes) para pagar suas Despesas Correntes (manutenção da máquina administrativa).

Ao analisar os indicadores econômico-financeiros do Balanço Orçamentário do Estado da Paraíba dos exercícios financeiros de 2002 a 2017. Observou-se que o resultado da média do indicador R04 – Retorno Real dos Recursos do Contribuinte foi igual a 1 (um) o que representa, conforme Silva, (2012, p. 52) que tudo que foi contribuído lhe retornou.

Ao analisar os indicadores econômico-financeiros do Balanço Orçamentário do Estado da Paraíba dos exercícios financeiros de 2002 a 2017. Constatou-se que o indicador R05 – Autonomia Financeira Real obteve uma média de 0,3794. o que determina que 37% de tudo que foi arrecadado para pagar as despesas da entidade é proveniente do seu próprio esforço. Acrescenta-se ainda que esse indicador colabora com o indicador R03 uma vez que a entidade depende em torno de 63% de transferências correntes, ou seja, tem baixa autonomia financeira.

Ao analisar os indicadores econômico-financeiros do Balanço Patrimonial dos exercícios de 2002 a 2017 do Estado da Paraíba. Observou-se que: o indicador que mede a Capacidade de Pagamento sem Autorização Orçamentária (RP1) teve uma média de 1,3169 o que representa que o estado Paraibano tem disponibilidade de recursos a qual podem ser utilizados para pagar obrigações de fornecedores, pessoal e restos a pagar, sem que haja autorização legislativa (art. 105 da Lei nº 4.320/64 – Incisos I e III) e um grau de dispersão de 63%, ou seja, o quando dos dados variam em torno da média.

Com relação ao indicador RP2 – Capacidade de Pagamento com Autorização Orçamentária evidenciou-se uma média de 1,9744, a qual representa o quanto o governo Paraibano dispõe de bens, créditos e valores para pagamento das dívidas fundadas e outras que dependem de autorização legislativa (poder legislativo) – art. 105 da Lei nº 4.320/64, Incisos II e IV. Vale ressaltar o grau de dispersão que foi em torno de 82%, sendo, portanto, significativo.

Em relação a variável RP3 – Capacidade Imediata de Pagamento a média em análise corresponde a 0,9563, ou seja, as disponibilidades financeiras que podem ser utilizadas para os pagamentos de obrigações liquidadas (fornecedores, contas a pagar, pessoal a pagar e etc.) e não liquidadas (restos a pagar não processados) bem como a restituição de valores de terceiros (depósitos, consignações e etc.) não são suficientes.

Estado de Pernambuco

Tabela 7 - Análise Descritiva - Pernambuco

		N		Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
		Válidos	Ausência				
BO	R01	16	0	1,1625	0,05615	1,04	1,23
	R02	16	0	0,5606	0,09081	0,44	0,70
	R03	16	0	0,6494	0,02909	0,60	0,70
	R04	16	0	1,0000	0,00000	1,00	1,00
	R05	16	0	0,6131	0,03646	0,56	0,68
BP	RP1	16	0	1,5113	0,61174	0,73	3,14
	RP2	16	0	0,8756	0,51014	0,44	1,86
	RP3	16	0	1,1406	0,56476	0,47	2,55

Fonte: Própria da Pesquisa.

Ao analisar os indicadores econômico-financeiros do Balanço Orçamentário do Estado do Pernambuco dos exercícios financeiros de 2002 a 2017. Constatou-se que o indicador R01 obteve uma média de 1,1625 e um desvio padrão de um pouco mais de 5% a qual representa um baixo grau de dispersão entre os dados. O resultado maior que 1 (um), segundo Silva, 2012 – significa que sobraram Receitas Correntes (tributárias, de contribuições, patrimonial etc.) para pagar Despesa de Capital. Neste caso, no Estado Pernambucano, existe capitalização de recursos. A Lei 4.320/64 (art. 11) determina que os recursos da receita corrente sejam aplicados em despesas correntes e se houver superávit corrente deverá ser aplicado em despesa de capital.

Ao analisar os indicadores econômico-financeiros do Balanço Orçamentário do Estado do Pernambuco dos exercícios financeiros de 2002 a 2017. Observou-se que o indicador R02 teve uma média de 0,56 e um grau de dispersão de 9%, ou seja, o quando os dados variam em torno da média. Neste caso, fica evidente, que o governo Pernambucano aloca 56% do investimento com despesa de capital, em obras, instalações e material permanente.

Ao analisar os indicadores econômico-financeiros do Balanço Orçamentário do Estado do Pernambuco dos exercícios financeiros de 2002 a 2017. Verificou-se no indicador R03 uma média de 0,6494 e um grau de dispersão de um pouco mais de 2%, isto é, o quanto os dados variam em torno da média. Desse modo, evidencia-se que o governo Pernambucano tem uma “certa” capacidade de gerar suas próprias Receitas Correntes chegando a quase 65% de toda a receita arrecadada, o que significa que para pagar as suas Despesas Correntes precisa apenas de 35% das transferências de recursos de terceiros.

Ao analisar os indicadores econômico-financeiros do Balanço Orçamentário do Estado do Pernambuco dos exercícios financeiros de 2002 a 2017. Constatou-se que o indicador R04 teve uma média igual a 1 (um), o que representa, conforme Silva, (2012, p. 52) que tudo que foi contribuído lhe retornou.

Ao analisar os indicadores econômico-financeiros do Balanço Orçamentário do Estado do Pernambuco dos exercícios financeiros de 2002 a 2017. Observou-se que o indicador R05 obteve uma média de 0,6131 e um grau de dispersão de 0,3646 o que representa que os dados variam em 3% em torno da média.

Ao analisar os indicadores econômico-financeiros do Balanço Patrimonial dos exercícios de 2002 a 2017 do Estado de Pernambuco. Observou-se que: a variável RP1 obteve uma média de 1,5113 e uma variação em torno da média de 61%, o que representa uma variação alta. Neste caso, é possível destacar que o estado Paraibano tem disponibilidade de recursos a qual podem ser utilizados para pagar obrigações com fornecedores, pessoal e restos a pagar, sem que haja autorização legislativa (art. 105 da Lei nº 4.320/64 – Incisos I e III).

Em relação ao indicador RP2 evidenciou-se uma média de 0,8756 a qual representa o quanto o governo Pernambucano dispõe de bens, créditos e valores para pagamento das dívidas fundadas e outras que dependem de autorização legislativa (poder legislativo) – art. 105 da Lei nº 4.320/64, Incisos II e IV. Vale ressaltar que a variação em torno dos dados foi de 51% o que representa um índice alto.

Com relação a variável RP3, em destaque, verificou-se uma média de 1,1406 ao qual significa que o governo Pernambucano tem disponibilidades financeiras que podem ser utilizadas para os pagamentos de obrigações liquidadas (fornecedores, contas a pagar, pessoal a pagar e etc.) e não liquidadas (restos a pagar não processados) bem como a restituição de valores de terceiros (depósitos, consignações e etc.) suficientes. Ressalta-se ainda um Desvio Padrão de 56%.

4.1.1 Coeficiente de Correlação

Tabela 8 - Correlação de Pearson

Paraíba – Período de Crise		R01	R02	R03	R05
RP1	Pearson Correlation	0,761 *	0,885**	-0,720*	-0,785*
	Sig. (2-tailed)	0,028	0,003	0,044	0,021
	N	8	8	8	8
RP2	Pearson Correlation	0,437	0,393	0,220	0,131
	Sig. (2-tailed)	0,279	0,336	0,600	0,758
	N	8	8	8	8
RP3	Pearson Correlation	0,925**	0,856**	-0,452	-0,488
	Sig. (2-tailed)	0,001	0,007	0,261	0,220
	N	8	8	8	8
Pernambuco – Período de Crise		R01	R02	R03	R05
RP1	Pearson Correlation	0,674	0,475	-0,643	-0,852**
	Sig. (2-tailed)	0,067	0,234	0,086	0,007
	N	8	8	8	8
RP2	Pearson Correlation	-0,823*	-0,098	0,826*	0,820*
	Sig. (2-tailed)	0,012	0,817	0,012	0,013
	N	8	8	8	8
RP3	Pearson Correlation	0,505	0,443	-0,541	-0,858**
	Sig. (2-tailed)	0,202	0,272	0,166	0,006
	N	8	8	8	8

*. Correlação é significativa no nível 0,05 (bicaudal).

** Correlação é significativa no nível 0,01 (bicaudal).

Fonte: Dados da Pesquisa.

Em geral, com base nos dados evidenciados na tabela 8 constatou-se uma interação significativa entre Indicadores Orçamentários (IO) e Resiliência Financeira (RF), onde os indicadores R01 e R02 em relação às variáveis RP1 e RP3 possuem um grau de correlação estatisticamente “muito alta”, uma vez que os valores da correlação de Pearson, em relação às variáveis já citadas, estão entre 0,75 e 1, positivamente significante, na perspectiva do governo Paraibano. Desse modo, quando os recursos para capitalização R01 e a realização de obras, instalações e materiais permanentes R02 aumentam, a capacidade de pagamento sem autorização orçamentária RP1 e a capacidade imediata de pagamento RP3 tendem a aumentar também, atingindo, portanto, uma relação significativa do ponto de vista estatístico. Além disso, na análise do estado da Paraíba observaram-se, também, entre as variáveis analisadas, correlações “negativamente significativas”, onde, os indicadores orçamentários R03 e R05 possuem uma interação significativa na relação com o indicador de resiliência financeira RP1,

do ponto de vista estatístico, significativa negativa. Portanto, em posse dessas informações, é notável dizer que quanto menor for a dependência por recursos de terceiros menor será a capacidade de pagamento sem autorização orçamentária, ou seja, quanto mais receitas próprias totais o governo Paraibano tiver, maior será o acompanhamento pelo poder legislativo, em relação aos gastos do Executivo.

Na análise dos dados do governo Pernambucano observou-se entre os indicadores analisados R01 e R03 (IO) em relação à variável RP2 (RF) uma correlação estatisticamente “muito alta”, porém com traduções diferentes, onde, quanto maior forem os recursos para capitalização - R01, menor será as sobras de recursos para pagamentos da dívida fundada RP2. Destaca-se, também, nessa mesma linha de raciocínio que quanto maior forem as Receitas Correntes Próprias R03, maior será a sobra de recursos para pagamentos da dívida fundada RP2, estatisticamente analisando. Ademais, na análise dos indicadores do governo Pernambucano observou-se, ainda, que a variável R05 - (IO) possui uma interação magnética com as variáveis RP1, RP2 e RP3 - (RF), uma vez que o nível de significância está dentro dos patamares preestabelecidos. Portanto, é possível salientar que quando a Autonomia Financeira Real (R05) sobe, diminui a capacidade das disponibilidades financeiras e de recursos conversíveis em moedas (RP1) para pagar obrigações com fornecedores, pessoal e restos a pagar. Nesse mesmo raciocínio, quando as Receitas Totais Próprias (R05) aumentam, diminui a capacidade imediata de pagamento do governo. Entretanto, a correlação positivamente significativa ocorre entre relação do indicador R05 com o RP2. Demonstrando, portanto, que quando a Autonomia Financeira Real (R05) cresce, a Capacidade de Pagamento com Autorização Orçamentária (RP2) também cresce, ou seja, há sobra de recursos para pagamentos da dívida fundada.

4.2 HIPÓTESE DA PESQUISA

- **Hipótese 1 (H1):** Há correlação, positivamente significativa, entre Indicadores Orçamentários (IO) e Resiliência Financeira (RF).

4.2.1 Análise do Teste da Hipótese

Para testar a hipótese de existência de uma relação positivamente significativa entre Indicadores Orçamentários (IO) e Resiliência Financeira (RF), empregou-se, para a análise, a técnica de Correlação de Pearson. A tabela 8 e 9, a seguir, apresentam os resultados.

Tabela 9 - Modelo de Correlação

Paraíba – 2002 a 2017		R01	R02	R03	R05
RP1	Correlação de Pearson	0,321	0,562*	-0,580*	-0,616*
	Significância	0,225	0,024	0,018	0,011
	N	16	16	16	16
RP2	Correlação de Pearson	0,142	0,269	0,229	0,186
	Significância	0,599	0,313	0,393	0,491
	N	16	16	16	16
RP3	Correlação de Pearson	0,427	0,514*	-0,400	-0,413
	Significância	0,099	0,042	0,125	0,112
	N	16	16	16	16

*. Correlação é significativa no nível 0,05 (bicaudal).

Fonte: Dados da Pesquisa.

Tabela 10 - Modelo de Correlação

Pernambuco – 2002 a 2017		R01	R02	R03	R05
RP1	Correlação de Pearson	0,438	0,282	-0,692**	-0,816**
	Significância	0,090	0,290	0,003	0,000
	N	16	16	16	16
RP2	Correlação de Pearson	-0,767**	0,070	0,733**	0,608*
	Significância	0,001	0,797	0,001	0,013
	N	16	16	16	16
RP3	Correlação de Pearson	0,303	0,392	-0,558*	-0,853**
	Significância	0,254	0,134	0,025	0,000
	N	16	16	16	16

*. Correlação é significativa no nível 0,05 (bicaudal).

** Correlação é significativa no nível 0,01 (bicaudal).

Fonte: Dados da Pesquisa.

Em consonância com o modelo de Correlação de Pearson, na tabela 9, acima estipulada, constatou-se que o modelo é significativo, uma vez que o valor da interação entre a relação do indicador R02 (IO) com RP1 e RP3 (RF) o resultado da estatística está dentro do nível de significância adotado (0,05), demonstrando, portanto, que a magnitude da força de associação é de uma correlação positiva “moderada”. Neste caso, evidencia-se no governo Paraibano o Investimento Real (R02 – realização de obras) é explicado pela folga financeira (RP1 e RP3, sobra de recursos em caixa e restituições de valores de terceiro, respectivamente).

O estudo ainda suporta que, conforme a tabela 10, os resultados da Correlação de Pearson, vinculados à interação entre a relação dos indicadores R03 e R05 (IO) com o

indicador RP2 (RF) contribuem para a efetivação do modelo, uma vez que o grau de correlação foi de: (R03 com RP2 = 0,733 e R05 com RP2 = 0,608) o que permite interpretar uma força de associação de uma correlação positiva “alta”. Portanto, atribui-se que a Capacidade de Pagamento com Autorização Orçamentária (RP2) do governo Pernambucano é explicada pelas Receitas Correntes Próprias (R02) e pela Autonomia Financeira (R05 – não utilização de recursos de terceiros).

Entretanto, assim sendo, não é possível rejeitar a hipótese de que existe relação positivamente significativa entre Indicadores Orçamentários (IO) e Resiliência Financeira (RF).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou identificar quais os indicadores do orçamento público se correlacionam com a variável resiliência financeira na gestão pública frente a períodos de crise. Com a finalidade de atender ao objetivo proposto nesta pesquisa, foi realizado um levantamento dos indicadores orçamentários (IO) e de Resiliência Financeira (RF), por meio dos demonstrativos orçamentários e patrimoniais, respectivamente, de dois estados nordestinos, Paraíba e Pernambuco.

Como objetivos específicos, buscou-se (i) definir conceitualmente e operacionalmente as variáveis “indicadores orçamentários” e “resiliência financeira”; (ii) definir a mensuração das variáveis “indicadores orçamentários” e “resiliência financeira”; (iii) correlacionar as variáveis “indicadores orçamentários” e “resiliência financeira” (iv) discutir os resultados da correlação entre as variáveis “indicadores orçamentários” e “resiliência financeira” a luz da literatura teórica e empírica.

A hipótese central do estudo H1 foi aceita. Isso significa que o estudo suporta que, conforme a tabela 10, os resultados da Correlação de Pearson, vinculados à interação entre a relação dos indicadores R03 e R05 (IO) com o indicador RP2 (RF) contribuem para a efetivação do modelo, uma vez que o grau de correlação foi de: (R03 com RP2 = 0,733 e R05 com RP2 = 0,608) o que permite interpretar uma força de associação de uma correlação positiva “alta”. Portanto, atribui-se que a Capacidade de Pagamento com Autorização Orçamentária (RP2) do governo Pernambucano é explicada pelas Receitas Correntes Próprias (R02) e pela Autonomia Financeira (R05 – não utilização de recursos de terceiros).

O estudo constatou, ainda, que o modelo é significativo, uma vez que o valor da interação entre a relação do indicador R02 (IO) com RP1 e RP3 (RF) o resultado da estatística

está dentro do nível de significância adotado (0,05), demonstrando, portanto, que a magnitude da força de associação é de uma correlação positiva “moderada”. Neste caso, evidencia-se no governo Paraibano o Investimento Real (R02 – realização de obras) é explicado pela folga financeira (RP1 e RP3, sobra de recursos em caixa e restituições de valores de terceiro, respectivamente). Portanto, assim sendo, não é possível rejeitar a hipótese de que existe relação positivamente significativa entre Indicadores Orçamentários (IO) e Resiliência Financeira (RF).

Por fim, com base nos dados evidenciados na tabela 8 constatou-se uma interação significativa entre Indicadores Orçamentários (IO) e Resiliência Financeira (RF) em período de crise, onde os indicadores R01 e R02 em relação às variáveis RP1 e RP3 possuem um grau de correlação estatisticamente “muito alta”, uma vez que os valores da correlação de Pearson, em relação às variáveis já citadas, estão entre 0,75 e 1, positivamente significativa, na perspectiva do governo Paraibano. Na análise dos dados do governo Pernambucano observou-se entre os indicadores analisados R01 e R03 (IO) em relação à variável RP2 (RF) uma correlação estatisticamente “muito alta”, porém com traduções diferentes, onde, quanto maior forem os recursos para capitalização - R01, menor será as sobras de recursos para pagamentos da dívida fundada RP2. Destaca-se, também, nessa mesma linha de raciocínio que quanto maior forem as Receitas Correntes Próprias R03, maior será a sobra de recursos para pagamentos da dívida fundada RP2, estatisticamente analisando.

Como limitação do estudo, destacam-se a análise de dois estados de uma região geográfica específica, que não permitem generalizações para outros contextos, e as limitações do modelo utilizado. Para pesquisas futuras sugere-se ampliar a amostra e analisar a interferência do período de crise na relação entre Indicadores Orçamentários (IO) e Resiliência Financeira (RF).

RERERÊNCIA

ABREU, C. R; CÂMARA, L.M (2015). **O Orçamento Público como instrumento de ação governamental: uma análise de suas redefinições no contexto da reformulação de políticas públicas de infraestrutura**. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, 49(1):73-90.

ANNARELLI, A; NONINO, F (2015). **Strategic and operational management of organizational resilience: Current state of research and future directions**.

BARBERA, C; JONES, M; KORAC, S; SALITERER, I; STECCOLINE, I. (2017). **Governmental financial resilience under austerity in Austria, England and Italy: How do local governments cope with financial shocks?**.

BRASIL. **Lei nº 4.320**, de 17 de Março de 1994. Estatuíu Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, do Estado, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320.htm>. Acesso em: 13 de Set. 2018.

BRASIL. (2017). **Secretaria do Tesouro Nacional**: Governo Federal. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/243309/DCON_2018-_Trimestre_1.pdf>. Acesso em: 10 de Out. 2018.

COSTA, F. L.; COSTA, E. M. L. (2016). **Nova História da administração pública brasileira: pressupostos teóricos e fontes alternativas**. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, RJ.

DAVOUDI, S. (2012). **Resilience: A bridging concept or a dead end?** Planning Theory and Practice. 13:2, 299-333.

DENNIS, L. (2004). **Determinants Of Financial Condition: A Study Of U.S. Cities**. University of Central Florida.

FILHO, F. O. B. (2017). **A crise econômica de 2014/2017**. Estudos avançados.

GIACOMONI, J (1992). **Orçamento Público**. 4 ed. São Paulo: Atlas.

GIL, A. C. (2008). **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas.

GODOY, A. C. (1995). Pesquisa qualitativa e sua utilização em administração de empresas. **Revista Administração de Empresas**, v. 35, n, 4, p. 65-71, jul/ago.

GROVES, S. M.; GODSEY, W. M.; SHULMAN, M. A. (1981). Financial Indicators for Local Government. **Public Budgeting & Finance**, v. 1, n. 2, p. 5-19.

HOOD, C. (1991). **A Public Management For All Seasons?**. Vol. 69, p. 3-19, Spring.

IBRAHIM, A. E. A. (2015). Economic growth and cost stickiness: evidence from Egypt. **Journal of Financial Reporting and Accounting**, 13(1), 119-140.

KOHAMA, H (2000). **Balancos Públicos: Teoria e Prática**. 2ª ed. São Paulo: Atlas.

LACERDA, A. C. (2017). **Dinâmica e evolução da crise: discutindo alternativas**. Estudos avançados.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M de A. (2001). **Fundamentos da metodologia científica**. 4 ed. São Paulo: Atlas.

LIMA, S. C.; DINIZ, J. A. (2016). Contabilidade Pública: Análise Financeira Governamental. 1. ed. São Paulo, Atlas.

LIMNIOS, E. A. M.; MAZZAROL, T.; GHADOUANI, A.; SCHILIZZI, S. G. M. (2014). **The Resilience Architecture Framework: Four organizational archetypes**. *European Management Journal*, 32, 104-116.

MARTINS, G. A. de. (2002). **Estatística geral e aplicada**. 2ª ed. São Paulo: Atlas.

MEDEIROS, E. S.; BORILLI, S. P.; FISCHER, T. R. (2015). **Indicadores de desenvolvimento econômico e financeiro no setor público: um estudo nos municípios da região oeste do Paraná**. Conferência Internacional em Gestão de Negócios, Cascavel, PR, Brasil.

ORAIR, R. O; GOBETTI, S. W. (2017). **Do expansionismo a austeridade: a política fiscal em período recente**. Disponível em: < <http://repositorio.ipea.gov.br> >. Acesso em: 09 de Set. 2018.

PAULA, A. P. P (2015). **Por uma nova gestão pública**. Editora FGV, Rua Jornalista Orlando Dantas, 37, Rio de Janeiro – RJ.

PIRES, J. S. D. B.; MOTTA, W. F. (2006). **A Evolução Histórica do Orçamento Público e sua Importância para a Sociedade**. Vol. 25 – N2, p. 16-25, Maringá – PR.

RICHARDSON, R. J. (1999). **Pesquisa social: métodos e técnicas**, 3 ed. São Paulo: Atlas.

SANCHES, O. M. (2007). **O Ciclo Orçamentário: Uma reavaliação à luz da constituição de 1998**.

SANTANA, R. C. DE; CHAGAS, W. W. DAS; CORREIA, J. J. A; LIMA, A. C. S. DE (2018). **Análise Comparativa da Condição Financeira do Estado de Pernambuco com os Entes Federativos Que Decretaram Calamidade Administrativa**. *Revista de Contabilidade, Ciência da Gestão e Finanças*. V. 6, N. 1.

SANTOS, A. J. dos (2001). **Orçamento Público e os Municípios: Alguns conceitos de orçamento e suas repercussões na administração pública municipal**. Porto Alegre – RS.

SANTOS, T.; SILVA, M. C (2014). **O uso de Indicadores como Ferramenta de Análise Orçamentária no Setor Público: O Ranking das Despesas de Investimentos dos Municípios Norte-Rio-Grandenses**. *Revista de Administração e Contabilidade*. Feira de Santana, Bahia, p. 51 – 68.

SIGNOR, L (2012). **Como Surgiu o Orçamento Público? Breve História de sua Evolução** 22 p. Dissertação (Graduação em Contabilidade) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SILVA, M. C. (2012). **Demonstrações Contábeis Públicas: Indicadores de Desempenho e Análise**. Editora Atlas, São Paulo.

SILVA, M. Z.; TURRA, S.; PETRY, J. F. (2015). **Eficiência de Gestão e a Capacidade de Resiliência dos Municípios do Vale do Itajaí/SC Frente a Eventos Climáticos Adversos**.

XV Congresso USP, Controladoria e Contabilidade. Disponível em:<<http://www.congressosp.fipecafi.org>>. Acesso em: 17 de Jun. 2018.

WALKER, J; COOPER, M. (2011). **Genealogies of resilience: From systems ecology to the political economy of crisis adaptation.** Security dialogue 42(2) 143-160.

WALLACE, A; JONES, A; RHODES, D. (2014). **Financial Resilience and Security: examining the impact of falling housing markets on low income homeowners in northern ireland.**

WANG, X.; DENNIS, L.; TU, Y. S. J. (2007). **Measuring Financial Condition: A Study of U.S. States.**